

## EDITORIAL

---

**Alex Sandro Gomes Pessoa & Normanda Araujo de Morais**

Editores – Dossiê Resiliência e Deficiência

---

As reivindicações das pessoas com deficiência acerca de seus direitos repercutiram em alterações substanciais em diversas esferas, incluindo na política, no campo educacional e na garantia de acesso aos mais diversos serviços das políticas públicas. Tratam-se de conquistas históricas que devem ser celebradas, mas também continuamente avaliadas, pois ainda persistem inúmeros desafios a serem superados em termos das ações e políticas de inclusão voltadas a estes segmentos. Indubitavelmente, a psicologia, enquanto ciência e profissão, pode contribuir significativamente para este debate. Entretanto, torna-se necessário superar os modelos investigativos centrados, exclusivamente, em supostas limitações, no adoecimento e em parâmetros não-normativos do desenvolvimento humano das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, entende-se como de suma importância analisar criticamente e contextualmente os processos de resiliência vivenciados por pessoas com deficiência e suas famílias, bem como investir na compreensão dos indicadores de proteção que mobilizam recursos capazes de colaborar na minimização das adversidades e infortúnios decorrentes das barreiras atitudinais impostas por modelos excludentes e capacitistas. Sumariamente, os processos de resiliência têm sido compreendidos como manifestações psicológicas que indicam a capacidade de superação de eventos estressores. A mobilização de recursos intrapsíquicos depende da atuação de recursos protetivos, que impulsionam o indivíduo (ou o grupo) a estabelecerem estratégias internas e externas para lidarem com os efeitos adversos provocados pelos fatores de risco. Em outras palavras, não há processos de resiliência na ausência dos fatores de risco, assim como a resiliência não se manifesta de forma espontaneísta, sem a ação dos fatores protetivos.

Os estudos apresentados neste dossiê, intitulado **Resiliência e Deficiência**, partem do pressuposto de que a deficiência, por si só, não se constitui como um fator de risco, pois expressam, na verdade, a diversidade da vida e os diferentes modos de funcionamento psicológico. Os fatores de risco presentes na vida das pessoas com deficiência se associam ao preconceito, à exclusão, aos discursos de ódio, à inaccessibilidade a serviços e programas promotores de desenvolvimento, à segregação, aos estigmas nutridos cotidianamente, entre tantos outros. Pode-se afirmar que já existe, na literatura nacional, um conjunto de publicações que revela como se perpetuam as práticas excludentes e como estas reverberam na vida e saúde mental das pessoas com deficiência e seus familiares. No entanto, este dossiê se propôs a avaliar como se manifestam os processos de resiliência das pessoas com deficiência, mesmo diante de um contexto tão desfavorável. Assim, os artigos que compõem o dossiê se concentram na avaliação dos fatores de proteção, nos indicadores de saúde mental, nos relacionamentos interpessoais que são favorecedores de desenvolvimento saudável, nos modelos interventivos e práticas bem-sucedidas, na superação dos desafios, nos contextos institucionais protetivos, nos projetos de vida, entre outras condições e contextos que estão diretamente associadas à promoção de resiliência das pessoas com deficiência.

A compilação destes estudos é um projeto que se originou nas interlocuções e espaços de debate do Grupo de Trabalho (GT) intitulado **Resiliência, Juventude e Vulnerabilidade**, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Este coletivo tem buscado, nas últimas duas décadas, atuar no âmbito da pesquisa e intervenção com populações que estão expostas a indicadores de vulnerabilidade social, sobretudo crianças, adolescentes e jovens. Além disso, as/os pesquisadoras/es têm realizado investigações com temas considerados emergentes ou que são negligenciados na agenda de pesquisa da psicologia brasileira. É importante salientar que o GT supracitado não desconsidera os processos excludentes e discriminatórios vivenciados pelas pessoas com deficiência; pelo contrário, uma das bandeiras de luta defendidas veementemente é para a consolidação dos direitos sociais destes grupos, nas melhorias dos atendimentos prestados à esta população e o rechaço a qualquer discurso ou prática que deslegitime as pessoas com deficiência. Mas os esforços empreendidos neste projeto se voltam para a análise das condições e variáveis que sinalizam como as pessoas com deficiência e seus familiares têm conseguido enfrentar as inúmeras adversidades que se deparam. Desse modo, os 7 artigos

do dossiê têm o potencial de inspirar boas práticas e revelar temas que permaneceram obscurecidos nas ciências psicológicas:

1. Thais Watakabe Yanaga e Renata Maria Coimbra, em *Inclusão e Processos de Resiliência para Alunos da Educação Especial na Perspectiva dos Docentes do Ensino Médio e Superior*, realizaram um estudo, de natureza qualitativa, com professores da educação especial que atuavam no ensino técnico e superior de uma instituição de ensino federal. O estudo avaliou, a partir das perspectivas destes profissionais, como as ações de inclusão, propostas pela própria instituição, se articulavam com os processos de resiliência dos estudantes com deficiência. Fundamentado na abordagem socioecológica da resiliência, o estudo revelou que as ações de inclusão são iniciativas dos próprios profissionais e os processos de resiliência se manifestaram a partir da resolução de quatro tensões: Identidade, Acesso a Recursos Materiais, Coesão e Relacionamentos. As autoras chamam a atenção sobre a necessidade de maiores investimentos institucionais, em especial para a implementação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que poderiam colaborar para a qualificação do atendimento dos estudantes e, conseqüentemente, promover os processos de resiliência.
2. Elisa Avellar Merçon de Vargas, Danielly Bart do Nascimento e Edinete Maria Rosa, no artigo intitulado *Resiliência e Adoção de Crianças com Deficiência: Estudo de Casos Múltiplos*, conduziram uma investigação empírica para compreenderem como se manifestavam os processos de resiliência de duas famílias adotantes de crianças com deficiência. Os fatores estressores destacados pelas autoras foram a falta de estímulo das crianças no período em que residiram na instituição de acolhimento, dificuldade nos processos de adoção, cansaço dos cuidadores, dificuldades na parentagem e a manifestação do preconceito. Todavia, as autoras mencionaram diversos fatores protetivos que estavam associados aos processos de resiliência, entre eles: vínculo e afinidade inicial com a criança, estimulação da criança, apoio de familiares e profissionais, experiência prévia com crianças com deficiência, características pessoais e contextuais. Complementarmente, as autoras discutem sobre a cultura da adoção de crianças com deficiência no Brasil e enfatizam a necessidade de se priorizar as suas particularidades.
3. Mayse Itagiba Rooke e Nara Liana Pereira Silva, no artigo *Trajetória de Resiliência em Famílias de Crianças com Síndrome de Down*, avaliaram os níveis de estresse, depressão, suporte familiar e fatores protetores em quatro famílias compostas por mãe, pai e filhos, tendo um deles a Síndrome de Down (SD). A pesquisa de campo envolveu a coleta de dados durante 3 visitas domiciliares, que ocorreram no período de um ano. Os membros das famílias responderam a escalas que avaliavam diferentes construtos psicológicos, bem como participaram de entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciaram, de acordo com as autoras, que os processos de resiliência se mantiveram estáveis no decorrer do tempo. Todavia, foram identificadas distintas associações entre algumas variáveis, sendo que a presença de níveis mais elevados de estresse e depressão indicaram repercussões negativas nos processos de resiliência. Suporte familiar e maior presença de fatores protetores, por outro lado, pareceu estarem mais associados com a manifestação dos processos de resiliência nas famílias investigadas.
4. Mariana Pinheiro Pessoa de Andrade Aguiar e Normanda Araujo de Moraes, publicaram o artigo *Processos de Resiliência Familiar Vivenciados por Famílias com uma Pessoa com Deficiência*. O objetivo do estudo foi compreender processos de resiliência vivenciados por famílias que possuem uma pessoa com deficiência. A pesquisa de campo envolveu cinco pessoas com deficiência e seus familiares. O estudo, de natureza qualitativa, implicou na condução de entrevistas com os participantes e os resultados foram analisados a partir da análise de conteúdo, que resultaram na construção de duas categorias analíticas. Na primeira, as autoras destacaram as adversidades vivenciadas pelas pessoas com deficiência e por seus familiares (impacto trazido pelo diagnóstico, mudança de papéis, necessidade de ajustes, barreiras físicas e atitudinais, necessidade de fugir da negação da deficiência e da superproteção). Já a segunda categoria consistiu na análise e discussão das estratégias das famílias, avaliadas pelas autoras como bem-sucedidas, para o enfrentamento das adversidades. Destacaram, mais enfaticamente, a aceitação da deficiência e o convívio com os pares como condições favoráveis para a promoção de resiliência. As autoras reiteram que os estudos sobre resiliência familiar são promissores e podem colaborar para o rompimento de concepções e práticas voltadas exclusivamente para as supostas limitações das pessoas com deficiência.
5. Isabela Samogim Santos, Alex Sandro Gomes Pessoa, Ariane Rico Gomes e Leticia Yuki de Araújo Furukawa, no artigo *Processos de Resiliência em Estudantes Universitários com Deficiência*, verificaram como a inserção no ensino superior auxiliou a promoção de resiliência de estudantes universitários com deficiência. A partir do recrutamento de estudantes universitários com deficiência matriculados em duas universidades (uma pública e outra privada), foram realizadas entrevistas semiestruturadas e reflexivas com os participantes. A análise de conteúdo revelou categorias que estavam associadas diretamente à promoção da resiliência, possibilitada a partir da inserção dos estudantes no ensino superior e de suas vivências nesse contexto institucional. Em síntese, concluíram os autores, o acesso à universidade

- repercutiu de forma positiva na vida dos participantes, impulsionando-os à manutenção e/ou construção de projetos de vida, na promoção do bem-estar e na descoberta de novas possibilidades de existência, antes pouco vivenciadas.
6. Lucia Maria Neto Canha, Camélia Santana Murgio, Ana Paula Lebre Santos Branco Melo e Maria Celeste da Rocha Simões, em *Processos de Resiliência na Transição para Vida Adulta de Adolescentes com Deficiência*, desenvolveram um artigo teórico que objetivou discutir como a resiliência favorece o enfrentamento das situações adversas ocorridas na vida de adolescentes com deficiência na transição entre ciclos desenvolvimentais. As autoras argumentaram que transições entre os ciclos vitais implicam na necessidade de mudanças e adaptações, o que pode representar a intensificação das situações de vulnerabilidade e exposição aos fatores de risco. Recorreram a intervenções apresentadas na literatura, sobretudo modelos que enfatizam o reconhecimento de potencialidades, desenvolvimento da autonomia e promoção de comportamentos habilidosos para o enfrentamento de situações difíceis que pode auxiliar os adolescentes no processo de transição. Ao final, trouxeram recomendações de estudos futuros que podem ser conduzidos, de modo que sejam desenvolvidas tecnologias sociais testadas e com níveis de confiabilidade, que visem um alcance mais expressivo de adolescentes com deficiência.
  7. O último artigo do dossiê, de autoria de Melina Friedrich Dupont, Sândhya Siqueira Marques, Thaís de Castro Jury Arnoud e Luísa Fernanda Habigzang, intitula-se *Promoção de Resiliência e Tratamento Psicológico para Crianças e Adolescentes com Deficiência Vítimas de Violência Sexual*. As pesquisadoras enfatizaram que crianças e adolescentes com deficiência têm mais chances de sofrerem violências, quando comparado à população geral, o que requer atenção e a implantação de tratamentos e intervenções psicológicas para o enfrentamento da violência sexual. Por meio de uma revisão narrativa, as autoras discutiram quais são as principais evidências científicas relacionadas ao tratamento psicológico para promoção de resiliência em crianças e adolescentes com deficiência que sofreram violência sexual. Foi constatado que os protocolos de tratamento às vítimas de violência sexual desconsideram as pessoas com deficiência, que praticamente não aparecem nas amostras. Por fim, as autoras discutiram, complementarmente, as lacunas da área e trouxeram indicações de pesquisas futuras que podem ser realizadas no contexto nacional, com potencial de proteção às vítimas e à promoção de resiliência.

Espera-se que os estudos apresentados neste dossiê possam inspirar cientistas da psicologia e áreas correlatas na condução de investigações acerca dos processos de resiliência das pessoas com deficiência. Trata-se de um campo profícuo e, sem dúvidas, pouco explorado. Conforme já mencionado nesse Editorial, a iniciativa deste projeto não almeja, sob nenhuma hipótese, desconsiderar os processos excludentes e as múltiplas violências vivenciadas por esse grupo. Mas, à luz dos estudos sobre resiliência, fortalecer a reflexão acerca da saúde mental e das estratégias de enfrentamento adotadas para a superação das adversidades por parte das pessoas com deficiência, de forma a contribuir para a consolidação de discursos menos fragmentados e parciais acerca da sua realidade social e psicológica.

Nossa gratidão às autoras/es dos artigos que compõem o Dossiê e a todas/os que atuaram como pareceristas.

Desejamos uma boa leitura a todas/os!